

OS MONUMENTOS URBANOS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA¹

Gerlane Rodrigues*

Vera Dodebei**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender as construções discursivas que integram a memória social da cidade de Vitória da Conquista. O princípio teórico conceitual e metodológico é a Análise do Discurso (AD) fundamentada pela tradição francesa postulada por Michel Pêcheux. Utilizamos como fontes de pesquisa cartas, ofícios, jornais, entre outras fontes e documentos, inclusive dois monumentos que, a nosso ver, são representativos da coleção da cidade: o obelisco em homenagem aos bandeirantes e a peça escultórica em homenagem aos índios. Estes monumentos, apesar de representarem memórias antagônicas, compõem um universo complementar, em que se articula a construção da memória social da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Discurso. Memória social. Monumentos. Patrimônio. Vitória da Conquista.*

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam obscuras, suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (Ítalo Calvino).

¹ Este artigo é uma versão revisada de um capítulo da dissertação de Mestrado intitulada **Monumentos de Vitória da Conquista: Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias**, defendida em 2009, no âmbito da Linha de Pesquisa Patrimônio e Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Esta pesquisa contou com o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

* Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutoranda em Memória Social pela mesma universidade. E-mail: gerlane.rodrigues@frm.org.br.

** Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: dodebei@unirio.br.

FIOS QUE TECEM A MEMÓRIA DA CIDADE

Para Jó Gondar, o conceito de memória social, apesar de amplo e polissêmico, deve contemplar as seguintes proposições: ser transdisciplinar, envolver a dimensão ético-política e ser entendido como construção processual. Além disso, deve-se considerar que a noção de memória não se reduz apenas à representação. Assim, o conceito de memória social que construímos no presente é uma maneira de se pensar o passado, mas numa mediação que aponta para o futuro (GONDAR, 2005). Nesse sentido, a memória pode ser considerada uma conquista. Entretanto, caber ressaltar, conforme sublinha Jacques Le Goff (1996, p. 476) “que a memória não é somente uma conquista, mas é também um instrumento e objeto de poder”.

Tais considerações sobre a memória evidenciam um fenômeno que diz respeito tanto às relações entre os sujeitos históricos numa determinada sociedade quanto às relações entre o passado e o presente. Assim, para compreendermos como se articula a construção da memória em determinados contextos históricos, podemos investigar como ela se exterioriza na dinâmica das relações e práticas sociais, em que rememorar acontecimentos, figuras históricas e fatos do passado são importantes para a continuidade da vida social. Como a construção da memória passa por um processo dinâmico e seletivo, atravessado pela dialética da lembrança e do esquecimento, devemos perguntar: quem escolhe o que lembrar e o que esquecer? Entendemos que a prática social de rememoração não é um fenômeno contemporâneo.² O que caracteriza a originalidade da memória é o que as sociedades, os indivíduos ou os grupos sociais se mostram dispostos a fazer com ela.

Com base nestes pressupostos teóricos conceituais acerca da memória, propomos examinar algumas construções discursivas que relacionam documentos referentes ao domínio e posse do interior baiano, nos séculos XVIII e XIX, documentos dos séculos XX e XXI e dois monumentos urbanos da cidade de Vitória da Conquista. Os monumentos são compreendidos como discursos, vestígios de um passado que se revestem em memórias no presente.

Partimos da compreensão de que estes monumentos são construções sociais que nos remetem ao passado com o objetivo de sacralizar acontecimentos, fatos, personagens ou figuras históricas. Como eles se tornam testemunhos de

² Podemos inferir que a origem de tal fenômeno encontra-se nas cidades antigas, tanto da Grécia, quanto do Oriente Próximo, Egito e Mesopotâmia. Sobre o assunto, cf. Vernant (1973), Mumford (1965) e Simondon (1982).

um passado, esses objetos escultóricos podem perpetuar uma lembrança para fazê-la escapar ao esquecimento. A lembrança em si carrega dois artifícios de domínio: um sob o fluxo do tempo; outro, sob a dimensão do espaço. Assim, podemos afirmar que nesta relação apresenta-se um fundamento de poder, expressando-se na edificação e promoção destes objetos escultóricos que se tornam representações que transcendem o plano simbólico, a condição humana da morte.

Porém, os limites para as pretensões de se perpetuar nas dimensões do tempo e do espaço esbarram no contexto das relações sociais, em que operam as interpretações e os sentidos, pois os monumentos só se constituem em discursos de memórias se houver uma relação entre esses objetos e a sociedade, na dinâmica que envolve a polifonia discursiva de interpretações. Os objetos podem ser entendidos como enunciados, suportes de memórias que trazem discursos que transitam por diversas temporalidades. Para Michel Pêcheux (1983), “todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

DISCURSOS SOBRE OS BANDEIRANTES: JOÃO DA SILVA GUIMARÃES E JOÃO GONÇALVES DA COSTA

De acordo com a tradição historiográfica que trata do tema das entradas e bandeiras, o início do movimento bandeirista no Brasil remonta à segunda metade do século XVI, ocasião em que diversos governadores promoveram expedições para os “sertões” com o objetivo de descobrir metais preciosos e ultrapassar a muralha entre o litoral e o interior. Além disso, dentre os objetivos do movimento, havia o desejo de domínio territorial, com a expulsão dos índios e a sua captura para servir de mão de obra na lavoura açucareira. Para Humberto José Fonseca, é importante lembrar que esse fenômeno histórico, além de atender parte das necessidades da colônia, estava inserido numa lógica mais ampla que correspondia à política da Coroa Portuguesa num contexto internacional (FONSECA, 1998).

No Brasil, tal empreendimento ocasionou a fundação de povoados e vilas. Alguns destes lugares se tornaram cidades estruturadas, que além de se constituírem em complexos urbanos compostos por espaços³ públicos

³ O conceito de espaço que ora trabalhamos remete a um “lugar praticado”; o espaço, assim como o tempo, é uma construção social (cf. CERTEAU, 1998).

e privados, podem ser definidos também pelo seu aspecto arquitetônico e monumental, revelando a paisagem artificial confeccionada pela ação humana. Pensar a relação entre a cidade e a construção da memória nos obriga a refletir sobre como ocorreu o povoamento, a ocupação e, posteriormente, como se constituiu aquela sociedade urbana. Sabe-se que o processo de ocupação portuguesa e de tomada de espaços territoriais foi geralmente definido por disputas, conflitos e guerras que propiciavam aos vencedores não somente o espaço territorial, mas, sobretudo, o domínio social sobre os povos vencidos. Tendo em vista esta perspectiva, podemos investigar como se deu o processo de construção da memória social com base nas evidências e vestígios deixados pelas marcas do passado, que ficaram registrados não somente em “pedra e cal”,⁴ mas pela disseminação de outros discursos que também constroem a memória social.

Conforme as fontes consultadas, na segunda metade do século XVIII, o superintendente de Minas Novas, Comarca da Bahia, Pedro Leolino Mariz,⁵ em nome da Coroa portuguesa, designou uma expedição para conquistar o território situado entre Minas Gerais e Bahia. A bandeira era chefiada por André Rocha Pinto e integrava a expedição o português João da Silva Guimarães. O território que seria percorrido e explorado pelos bandeirantes correspondia aos trechos banhados pelos rios de Contas, Pardo e São Matheus. Neste período, o interior da Bahia, mais precisamente o “Sertão da Ressaca”,⁶ era povoado por algumas nações indígenas como a dos Mongoyós, dos Ymborés e dos Pataxós. Com a morte de André Rocha Pinto, João da Silva Guimarães assumiu a expedição e, para o empreendimento, ele contaria com a ajuda de seu genro, o português João Gonçalves da Costa. De acordo com o que mencionaram as fontes, os bandeirantes não receberam suporte material nem físico suficiente para o empreendimento que lhes fora demandado (cf. MEDEIROS, 1999). E, ao salientar esta carência de recursos, os documentos exaltam a ousadia e a coragem, atributos necessários para tal desafio, como características inerentes aos dois bandeirantes.

⁴ Termo usado por alguns autores para designar o patrimônio cultural material, que pode englobar casas, edifícios, monumentos ou obras de arte tombados pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁵ Intendente de Minas Novas (Minas Gerais), de onde partiram as expedições que conquistaram a região onde está situado o município de Vitória da Conquista.

⁶ Esse termo aparece em documentos administrativos da Coroa portuguesa do século XVIII, que fazem referência ao processo de domínio do interior da Bahia. Nestes documentos, “Sertão da Ressaca” compreende genericamente uma área do interior estruturada em torno da atual da região onde está situado o município de Vitória de Conquista-Bahia. Cf. Almeida (1910-1912). Aparece também na narrativa de Maximiliano Alexander Philipp no século XIX (cf. WIED-NEUWIED, 1989).

Em 1730, Pedro Leolino Mariz escreveu uma carta a João da Silva Guimarães, narrando a situação de dificuldades pela qual passava a região de Minas Nova, para justificar o fato de não ter assegurado ajuda substancial à expedição de Guimarães na conquista do rio São Matheus:

Basta dizer a Vossa Mercê que morreram de fome trinta tantos negros, e alguns brancos, chegando estes a tal extremo que comeram quantas imundices pode a terra, e não achando já estas, não perdoaram couros secos, e muito custou depois achar milho que plantar (apud MEDEIROS, 1996, p. 91).

Esse trecho da carta nos revela as precárias condições de existência em Minas Novas, por conta da exaustão das atividades mineradoras. Em outro trecho da mesma carta, Pedro Leolino Mariz felicita Guimarães por ter alcançado êxito em sua expedição pelo “sertão”:

Tendo Vossa Mercê conseguido a maior felicidade, que poderá apeter a sua ambição, e meu sentir, tem Vossa Mercê feito o maior serviço que outro algum vassalo lhe podia fazer no tempo presente neste Estado do Brasil, pois franqueou o famoso Rio, e livres do obstáculo, que nos foi o numeroso gentio, podemos estabelecer uma nova colônia, e aproveitarmos dos ricos tesouros que encobrem estes sertões, e só desta maneira expungir as lágrimas de tanto povo, que pela declinação das Minas Gerais está reduzido ao extremo de lastimosa miséria (TORRES apud MEDEIROS, 1996, p. 92).

Na observância do contexto histórico e social de produção deste discurso, a carta aponta a construção de um perfil que aproxima o bandeirante à figura de um herói: a expressão “o maior serviço” é um indicativo de que Guimarães realizou um feito grandioso, contribuindo para satisfazer determinadas demandas locais da colônia. Esta exaltação materializada pelas circunstâncias vivenciadas por Minas Novas ganha o sentido de salvação, pois a conquista do rio São Matheus, além de subsidiar o empreendimento da Coroa portuguesa, iria contribuir para sanar a situação de extrema precariedade daquela região.

Após este empreendimento, Guimarães iria chegar ao território onde hoje está situada a cidade de Vitória da Conquista e, juntamente com João Gonçalves da Costa⁷, seria responsável por mais um desafio demandado pela

⁷ De acordo com os documentos consultados, Gonçalves dominou o território, abriu estradas e levou gado para região do Sertão da Ressaca e ainda teria fundado a Vila que deu origem à cidade de Vitória da Conquista. Teria feito alguns empreendimentos com dinheiro do próprio bolso, sem ser ressarcido pela

Coroa portuguesa. Porém, desta vez, quem ganharia destaque seria Gonçalves da Costa. Um ofício dos governadores interinos da Capitania da Bahia, escrito em 1783, relata os feitos de Gonçalves atribuindo a ele o mérito do povoamento do “Sertão da Ressaca”:

Para este grande trabalho e projeto se lhe apresento João Gonçalves da Costa, povoador do referido sertão da Ressaca, homem natural de Chaves, com valor e espírito dos antigos paulistas e sem ambição; a elle distribuiu o governador as ordens e elle foi que teve a paciência e a constância de se manter pelas ásperas mattas, serras alagadiças, que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem entre as ditas villas da beira mar o referido sertão da Ressaca. Demarcou e abriu estradas, que decorre a margem do Rio das Contas, donde a fez partir para villas da foz do mesmo rio, para Camamú e desta para todo o território de outas villas, fazendo descer logo hum lote de gado, que foi o primeiro que aqueles moradores viram.⁸

A primeira caracterização heroica de Gonçalves que aparece no ofício tem suporte na aproximação de sua figura à imagem dos bandeirantes paulistas, pelo “valor e espírito”. No entanto, um atributo em especial destaca Gonçalves dos bandeirantes paulistas: a falta de ambição. Além dessas virtudes, o bandeirante ainda possuía duas qualidades: a paciência e a constância, pois persistiu na conquista e domínio da região, sustentando guerra com os índios durante 30 anos.

Segue abaixo outra referência fundamentada num conceito já formulado anteriormente sobre João Gonçalves da Costa:

O referido João Gonçalves da Costa, já honrado com a patente de capitão-mór, participa prezentemente dos progressos ou rezultas da conquista de que foi encarregado, na carta que dirigi ao dito desembargador e que elle nos fez patente, acompanhado-a com a sua conta, que igualmente remetemos a V. Ex. para elles fazer conceito do valor e espírito deste honrado, transmontano, que póde concluir hum tão importante serviço, como reputamos a redução de hum gentio e laborioso, em que se descobre qualidades, que o distinguem de todos os Índios deste continente, tão indolentes como bárbaros; o gentio

Coroa portuguesa. Os discursos destacam, além da figura heroica do bandeirante, a demonstração de desprendimento material. Cf., por exemplo, documento de 12 de agosto de 1780, Ofício do ex-governador da Bahia, Manuel Menezes da Cunha, para Martinho de Mello e Castro, sobre a capitania dos Ilhéus (in ALMEIDA, 1910-1912).

⁸ Ofício de 1783. Citação conforme inventário organizado por Eduardo Castro de Almeida (1910-1912, p. 539).

destes se conhece pelo seu modo de viver em sociedade, pelo gosto da cultura e até pelas manufaturas que remetemos a V. Ex. com a relação demonstrada, com seus respectivos numeros.⁹

Com vista às designações (cf. RAJAGOPALAN, 2003) que caracterizam a figura dos índios (índolentes e bárbaros), encontramos elementos que justificavam o domínio e a submissão dos povos indígenas a partir do discurso ocidental, civilizador e cristão, potencializado, naquele momento, pelos portugueses. Quando os bandeirantes são comparados aos índios, há uma demarcação cultural, na qual a figura do bandeirante se sobrepõe à figura dos “nativos”, posto que estes últimos são vistos como bárbaros, em função, sobretudo, de suas práticas culturais presentes na vida cotidiana.

Outra abordagem que visa enaltecer os atributos do bandeirante foi registrada pelo príncipe Maximiliano na narrativa em que descreve seu desejo de conhecer Gonçalves da Costa. Podemos inferir que este desejo se originou dos discursos construídos sobre Gonçalves, que ultrapassaram as fronteiras dos “sertões”:

Desejava vivamente travar conhecimento com esse homem que, movendo guerra no sertão, pois em todas as bandas foi o primeiro a abrir estradas praticáveis no sertão, pois eu esperava colher dele informações autênticas sobre a região. [...] Era um velho [Gonçalves] de oitenta e seis anos, ainda ativo e robusto, vencendo em vivacidade muita gente mais moça. Percebia-se logo, que em idade menos avançada devia ter sido dotado de grande vigor, coragem e ousadia. Recebeu-me da forma mais amigável possível, testemunhando a alegria de poder ver um europeu; a sua palestra era instrutiva e cheia de interesse para qualquer viajante. Na idade de dezesseis anos, seguia a sua vocação, que era a de conhecer terras distantes. Abandonou sua pátria, Portugal, e veio estabelecer-se no meio de montanhas selvagens do sertão da capitania da Bahia, onde se abria, às suas energias, um vasto campo de atividades para muitos anos. Combateu os Camacãs e os Botocudos (WIED-NEUWIED, 1989, p. 447-448).

De acordo com Maximiliano, Gonçalves já “era um velho de oitenta e seis anos”, mas seus predicados ainda eram marcantes. O príncipe ressalta “o vigor, a coragem e a ousadia” e afirma as qualidades intelectivas do bandeirante. Além dessas características, que são recorrentes em outros discursos, à fala de Gonçalves é atribuído um estatuto de verdade, pois seria ele uma pessoa indicada para fornecer informações “autênticas”. A narrativa do príncipe continua:

⁹ Ofício de 1873 (in ALMEIDA, 1910-1912, p. 540).

Todas as redondezas eram outrora cobertas pela mata. Um “conquistador”, isto é, “capitão” português dado a empresas, aportou-se aqui como aventureiro, acompanhado de um bando de homens armados, declararam guerra aos primitivos habitantes do território. Estes eram os índios Camacãs, cujo domínio, segundo parece, se estendia até as proximidades da posição atualmente ocupada pela vila Cariris ou Kiriris. Apossou-se do território e fundou o arraial, que ficou denominado Conquista (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

Existe uma recorrência nos discursos sobre Gonçalves que contribui para afirmar uma imagem idealizada de homem europeu, que se reveste da figura do herói civilizador. Na cidade de Vitória da Conquista, a tradição memorialista aponta a interferência de uma santa¹⁰ em favor dos portugueses na batalha final contra os índios pela posse deste território. Em 1752, João Gonçalves da Costa, com uma bandeira organizada com aproximadamente 50 homens, teria entrado em luta com os índios Mongoiós. O número de homens que formava a expedição de Gonçalves era inferior ao número de índios, mas a batalha final teria tido a intervenção de Nossa Senhora da Vitória, em favor dos portugueses. Aníbal Viana descreve uma narrativa atribuída a Laurinda Silva, neta de “Tio Nagô”,¹¹ ex-escravo de João Gonçalves da Costa. Laurinda narra a história que, segundo ela, foi transmitida pelo seu avô:

O capitão João da Costa, de facão em punho, lutava com muita coragem com os selvagens e eis que entre a folhagem surgiu uma índia muito diferente das outras, pela beleza fisionômica. O capitão aproximou-se para capturá-la e a índia corria a sua frente pelo mato, desde o lugar de nome Batalha, onde foi travada a luta, até o lugar da grande aldeia dos Mongoiós. Aí, a índia deu a frente ao Capitão, e ele reconheceu nela a imagem de Nossa Senhora. O Capitão ficou apavorado, estatelado com a visão, e fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: aqui levantarei a Vossa Igreja, e a índia desapareceu (VIANA, 1982, p. 15).

¹⁰ A tradição que conta a interferência da santa na guerra é um elemento que demarca uma tendência recorrente de apreensão das circunstâncias em que ocorreram algumas batalhas entre os portugueses e os índios, na disputa e na conquista de territórios no Brasil. A origem dessa tradição nos remete à segunda metade do século XVI, na Europa.

¹¹ Morava em Vitória da Conquista, no antigo Beco Sujo (hoje, Rua Ernesto Dantas) e faleceu com 110 anos. A batalha foi vencida pelos portugueses e, posteriormente, em 1803, João Gonçalves da Costa cumpriu a suposta promessa feita à santa: doou um terreno para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no local onde antes estava fixada a aldeia dos Mongoiós. De acordo com Aníbal Viana (1982), os documentos de doação do terreno para construção da igreja estão no Cartório do 2º Ofício da cidade da Vitória da Conquista-BA.

De acordo com os registros históricos, os portugueses venceram a batalha e, por volta do final do século XVIII, o Sertão da Ressaca estava sob o domínio dos lusitanos. Não se sabe com exatidão, porém, a data em que foi fundado o Arraial da Conquista. Num ofício redigido em Lisboa, de 12 de agosto de 1780, encontra-se um relato sobre o povoamento da região:

Um homem, que com sua família, vivia nas cabeceiras da citada Capitania, no sertão da Ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigou-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto de seu trabalho, pois lhe roubaram os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem um rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues de Vila de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados.¹²

Com a instalação dos portugueses na região, os índios que sobreviveram foram sendo deslocados para outros territórios. Não obstante, os indígenas não tinham sido definitivamente vencidos, pois alguns conflitos entre eles e os portugueses foram registrados. Segundo Maximiliano, para fundar o arraial, João Gonçalves da Costa teria feito um acordo de paz com os índios. No entanto, este acordo teria sido rompido por eles, que, sistematicamente, matavam os soldados do bandeirante. Diz Maximiliano:

Finalmente, depois de ter concluído um acordo com aqueles selvagens e começado a constituir o seu estabelecimento, [João Gonçalves da Costa] notou que os soldados diminuam de dia para dia; acabou por vir a saber que os índios os atraíam, cada qual por sua vez, ao interior da mata, sob um pretexto qualquer, e aí os matavam. [...] Esse, depois de ordenar a seus homens que tivessem as armas prontas, convidou todos os selvagens para uma festa e, enquanto confiadamente se entregavam à alegria, foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disso, os selvagens embrenharam-se nas matas, e o arraial conseguiu repouso e segurança (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

Esse episódio faz parte da memória social da cidade e ficou conhecido pelo nome de “banquete da morte”,¹³ em que os índios foram definitivamente

¹² Ofício de 1780 (in ALMEIDA, 1910-1912, p. 473).

¹³ Cabe ressaltar que, desde o período colonial, Portugal dispunha de leis específicas para os povos indígenas. Segundo Julio Cesar Melatti, só era permitido combater os índios com autorização da Coroa portuguesa. Havia um decreto que proibia os maus tratos aos índios, com exceção dos que se opusessem à conquista

vencidos pelos portugueses. Segue um fragmento de texto que contribui para reafirmar a construção dessa memória:

O velho preto, centenário, de nome Francisco José da Ponte, conhecido por Tio Nagô, que nasceu escravo de João Gonçalves, falava que, quando menino, estava presente na época das lutas de seu sinhô com os índios e que ele botou veneno na cachaça que os índios beberam e morreram quase todos envenenados e que esse lugar ficava em frente da Igreja (VIANA, 1982, p. 15).

Depois do “banquete da morte”, os índios foram sistematicamente divididos e organizados em aldeias por missionários católicos, e quase todas as aldeias ficaram subvencionadas ao governo provincial. João Gonçalves da Costa recebeu da Coroa portuguesa o título de Coronel de Milícias e uma extensa faixa de terras que compreendia o terreno da caatinga e da área conquistada, menos a Mata Cipó, que ficou reservada à Coroa portuguesa.

Dois séculos se passaram desde que este território foi dominado pelos portugueses, mas a memória dos vencedores como objeto de poder teve continuidade e chegou aos séculos XX e XXI. Esta memória encontrou suporte para se preservar em alguns jornais que teceram a memória de fundação da cidade, reafirmando a tradição de interferência da santa na batalha final em favor dos portugueses:

Depois de apelos, invocando o nome de Nossa Senhora das Vitórias, o que motivou os soldados de sua Bandeira a investir, até a vitória final, contra os índios Mongoiós, o mestre de campo João da Silva Guimarães prometera que seria erguida uma capela dedicada à Santa. Promessa que só fora cumprida mais tarde [...] ergue-se a capela de Nossa Senhora das Vitórias e, em volta, nascia também a cidade [...]. A Igreja Católica participa no papel de senhorio direto das transações de compra e venda dos imóveis de Conquista, enquanto uma grande parte dos terrenos da cidade prevalece o domínio útil, em que os proprietários são alienantes. A posição de senhorio direto, que é na verdade o dono da terra foi concedida à igreja nos tempos remotos da fundação da cidade, pelo bandeirante João Gonçalves da Costa. [...] Vencida a Batalha, a promessa foi cumprida. A capela à Santa foi levantada e usando como referencial o ponto um pouco abaixo de onde, hoje, está localizada a Catedral de Nossa Senhora das Vitórias (Padroeira da cidade), o desbravador deu à igreja uma légua [6 quilômetros] de terra. Os imóveis contidos nesse

e submissão dos lusitanos. Por esta ótica, os maus tratos e a violência sempre estariam legitimados por lei (cf. MELATTI, 1983, p. 106-191).

circuito imaginário são obrigados a pagar o laudêmio por ocasião das transações comerciais, ou simplesmente da transferência do domínio legal como reza a Legislação Civil. Para cada transação comercial que envolva a transferência da escritura em Vitória da Conquista, o comprador do imóvel é obrigado a pagar o laudêmio, cuja taxa de 2,5% é prevista no Código Civil Brasileiro em seu artigo 686.¹⁴

Podemos inferir que esse discurso faz menção a uma memória discursiva construída a partir de outros discursos pré-estabelecidos, como, por exemplo, a narrativa de Laurinda, neta de Tio Nagô. Embora os personagens protagonistas da narrativa acima estejam trocados, as duas versões, tanto a narrativa de Laurinda, quanto o texto do jornal, não se confundem na ordem do discurso no que tange à interferência da santa na batalha, dando a vitória final aos portugueses. Para Pêcheux (1983), a contradição é um princípio constitutivo de toda formação discursiva. Dessa forma, a memória religiosa que conta a interferência da santa na batalha se tornou um discurso que tende a naturalizar-se no já dito. Conforme sublinha Eni Orlandi (2005, p. 31):

A memória, por sua vez, tem características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Ainda, de acordo com Orlandi, o contexto amplo de efeitos de sentidos é determinado pela forma com que a sociedade se organiza mediante suas instituições. A memória discursiva que legitima o empreendimento português de domínio deste território ainda se faz presente em algumas instituições da cidade, contribuindo para reforçar uma memória oficial. Numa outra matéria de jornal do século XX, podemos evidenciar essa afirmativa:

Depois que D. João VI veio ao Brasil foi que João Gonçalves da Costa deliberou vir aos sertões da Bahia [...] com sua bandeira gloriosa invade as terras ignoradas. O selvagem acordou. Há mais de trezentos anos dormia indiferente, feliz. Acordou e lutou. A luta feroz e terrível do nativo contra o homem civilizado. E a civilização venceu. [...] João Gonçalves

¹⁴ Conquista: uma cidade assentada nas terras da Igreja. *Jornal Diário do Sudoeste*, 1998.

empunha o estandarte da fé. Bom católico, o intrépido bandeirante ansiava a vitória para semear a crença de que trazia abundante sementeira por estas terras pagãs [...]. No ponto terminal da luta [entre os índios e os bandeirantes], ergueu-se o templo consagrado à Virgem Nossa Senhora da Vitória. E, desde então, João Gonçalves começou a amar muito Conquista – a terra onde se conquista é onde está a verdadeira Pátria. E conquistador generoso, nobre e altivo assenhorou-se das terras que de pleno direito lhe pertenciam (DANTAS, 1935).

O discurso acima começa por pontuar aspectos importantes da história nacional, como, por exemplo, a vinda de D. João VI para o Brasil, numa formação discursiva que pretende valorizar tal acontecimento para em seguida relacioná-lo à vinda do bandeirante português ao território brasileiro. A palavra “deliberou” afirma a liberdade de escolha e mobilidade do bandeirante em vir conquistar e tomar posse das terras como um seguidor de D. João VI. Ainda no mesmo fragmento de jornal, podemos refletir sobre a relação de sentidos que apresenta uma correlação explícita de leitura do índio em contraponto ao bandeirante. Embora o índio seja apresentado como um lutador, ele é ignorante e selvagem, enquanto o bandeirante é civilizado, conquistador, nobre, altivo e generoso. O discurso de superioridade dos portugueses em relação aos índios é legitimado do ponto de vista civilizatório. Há uma construção discursiva materializada pelo contexto social que afirma essa evidência por um conjunto de atributos que perpassam um campo de valores culturais. A partir dessas leituras, são afirmadas as prerrogativas inerentes a um modelo de homem, por excelência, europeu do século XVIII.

Ainda podemos depreender o poder da instituição religiosa, numa recorrência afirmativa que tem uma ligação com a construção da memória religiosa concomitantemente à construção da memória laica no que tange à história de fundação da cidade. Segundo Mariani (1999, p. 112):

Por contribuir na construção das evidências, a imprensa atua no mecanismo de neutralização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A imprensa, então, ajuda a construir/desconstruir a memória histórica oficial num processo que para o leitor comum passa despercebido.

De acordo com a Análise do Discurso (AD), a partir da materialidade da linguagem, contida na acomodação e também nos deslocamentos de sentido,

podemos observar a construção de representações que versarão sobre os acontecimentos, que poderão contribuir para potencializar e cristalizar um discurso no imaginário social. Esse discurso ganha um estatuto de verdade quando é legitimado como acontecimento histórico e memorável. Assim,

O discurso jornalístico possui uma prática discursiva específica: ele produz uma leitura do presente, podendo vir a reconfigurar resíduos produzidos no passado e, ao mesmo tempo, organiza os germes de sentidos ainda por vir. [...] O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história (MARIANI, 1999, p. 111).

Ainda de acordo com Mariani (1999), é preciso reconhecer o discurso jornalístico do ponto de vista de uma leitura crítica, posto que esse discurso representa em si mesmo um gesto, que por sua vez se constitui no resultado de uma regulação de interpretação. Nesta perspectiva, a regulação segue um caminho que corrobora com a afirmação de uma memória que aparece como dada. Assim, a formação da opinião pública e a construção da memória social são processos históricos que se fundamentam, sobretudo através de funcionamentos discursivos de contradição, repetição e indeterminação.

Outro jornal da cidade, o *Semanário Independente*, de 1965, legitima o dia de Nossa Senhora das Vitórias na mesma linha de recorrência discursiva.

A data de 15 de agosto é, para nós que aqui nascemos ou vivemos, uma data solene, porque dedicada a Nossa Senhora das Vitórias, sublime Padroeira da Cidade. Sob a proteção da Santíssima Virgem, nossa terra surgiu dos escombros de uma luta para o grande futuro que a aguarda (JORNAL SEMANÁRIO INDEPENDENTE, 1965, p. 1).¹⁵

O discurso aponta a tradição de interferência da santa na batalha final, que perpassa um campo de sentidos que torna fecunda a tradição. Em outros termos, o discurso se apresenta como uma continuidade de outros discursos que contam a história de fundação da vila, no século XVIII.

Temos outro recorte de jornal escrito no ano de 1970, no qual podemos observar novamente a tentativa de cristalização dessa memória oficial:

¹⁵ Nossa Senhora das Vitórias: Padroeira da Cidade. *Jornal Semanário Independente*, Vitória da Conquista, 15 de agosto de 1965.

A primeira penetração para catequese e descoberta da grande terra deveria ter-se verificado nos últimos quartéis do século dezoito [...] Posteriormente, a caravana de João Gonçalves da Costa penetrou e fixou a descoberta e o domínio da atual Vitória da Conquista, vencendo bravamente os índios em batalha sanguinolenta e firmando o seu poder e posse na terra que foi conquistada e consagrada à Virgem da Vitória. Cumprindo o seu voto de fé feito na hora indecisa da luta, implorando da Virgem da Vitória o triunfo para sua tropa, João Gonçalves da Costa, coronel do exército português, fez erigir a capela da sua promessa no local da fundação do arraial.¹⁶

Segundo este discurso, João Gonçalves da Costa dominou o sertão e venceu os índios com a “permissão e a ajuda” da santa, mas essa vitória só foi concedida mediante um acordo firmado entre o bandeirante e a entidade religiosa. A legitimidade deste episódio se dá a partir da doação do terreno para construção da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias e das comemorações em homenagem à santa:

Diz, com muito acerto, um pensador contemporâneo: Assim, como a sanidade do indivíduo reside na continuidade de suas recordações, de modo análogo é na sequência das tradições que se encontra a prova da sanidade dos grupos sociais. [...] Uma vez mais, desde 1783, estamos a comemorar o dia 15 de agosto. Mudaram-se sensivelmente os tempos, usos e costumes bem diversos andam do que o foram outrora; às antigas gerações de bravos outras se somaram e se multiplicaram, de tal modo que o arraial se fez cidade e a cidade, metrópole, cheia de brilho e de esperanças. Não se apagou, porém, na consciência da gente o reconhecimento de que Conquista, uma vez por todas à Mãe de Deus consagrada, é trono Seu, para sempre. Razão por que A evocamos hoje, como antes, e lhe prestamos tributo de veneração.¹⁷

Nesse contexto, tem-se a reafirmação da memória religiosa, em que se atribui à santa o mérito pelo qual os portugueses foram vencedores e obtiveram o domínio do Sertão da Ressaca. Essa tradição trazida pelos portugueses foi incorporada pela sociedade católica conquistense e se confunde com a própria história de fundação da cidade. No discurso escrito por Dom Climério, um dos representantes da Igreja Católica na década de 1970, há um investimento de valor e verdade discursiva já institucionalizada anteriormente e legitimada pelo

¹⁶ Matéria assinada por Bruno Bacelar. *Jornal O Sertanejo*, Vitória da Conquista, 1970.

¹⁷ Festa de Nossa Senhora das Vitórias. Matéria assinada pelo bispo diocesano de Vitória da Conquista, Dom Climério. *Jornal O Sertanejo*, Vitória da Conquista, 15 de agosto de 1970.

lugar social de onde emerge a fala da autoridade. Nesse ambiente histórico e memorável, apresenta-se um fenômeno que Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9) chamaram de tradição inventada:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas a outras; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

É importante destacar que a tradição inventada de Nossa Senhora das Vitórias busca reviver um passado a partir da comemoração do dia da Padroeira (15 de agosto). De acordo com Paul Ricoeur (1996), comemorar traz a função social de reviver coletivamente a memória de um acontecimento considerado como ato fundador. Nessa prática, evidencia-se um objetivo que trata de sacralizar os valores e ideais de uma sociedade atribuindo à cidade uma identidade religiosa, cristã e católica. Pela ótica de Halbwachs (2006), a identidade é construída e reforçada pela memória coletiva a partir dos laços de coesão social e de pertencimento grupal e se afirmam com base nas lembranças fortalecidas graças às narrativas, que, por sua vez, fundamentam-se por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história oficial.

MONUMENTOS AOS BANDEIRANTES E AOS ÍNDIOS: A DIALÉTICA DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO

Vitória da Conquista, no período de nossa pesquisa de campo, em 2010, possuía uma coleção¹⁸ de dezesseis monumentos urbanos, históricos e intencionais¹⁹ (estátuas, bustos, esculturas, obeliscos, etc.), que fazem parte do acervo patrimonial da cidade. Neste artigo, consideramos apenas dois monumentos, que, a nosso ver, são representativos do universo da coleção: o monumento aos bandeirantes e o monumento aos índios. Estes objetos escultóricos, entendidos também como enunciados, são suportes de memórias e trazem discursos que transitam por diversas temporalidades. A partir da

¹⁸ As ideias sobre coleção e colecionador presentes nesse artigo têm como referência teórica e conceitual os pressupostos de Pomian (1984). Nesse sentido, consideramos os monumentos de Vitória da Conquista uma coleção e a cidade como o colecionador, sujeito social e coletivo.

¹⁹ Nos termos de Riegl (2006).

análise das condições históricas em que foram promovidos e edificados, estes monumentos representam lembranças que, do ponto de vista de quem as consagra, não devem ser esquecidas.

MONUMENTO AOS BANDEIRANTES

O monumento em homenagem aos bandeirantes foi inaugurado no dia 13 de novembro de 1940, quando se comemorava o centenário da emancipação da cidade. A peça encontra-se na Praça Nove de Novembro, centro comercial do município. Aníbal Lopes Viana registrou, na **Revista Histórica de Conquista**, algumas considerações sobre o discurso que o então prefeito Régis Pacheco teria pronunciado por ocasião da inauguração do obelisco:

O monumento inaugurado com aplaudido discurso do prefeito Régis Pacheco, que historiou com detalhes as inolvidáveis figuras dos bandeirantes João da Silva Guimarães, mestre de campo, e do Cel. de Milícias João Gonçalves, os fundadores da cidade, foi merecida homenagem aos bravos conquistadores de índios, perpetuando-se as suas memórias (VIANA, 1982, p. 511).

Alguns aspectos importantes podem ser destacados: primeiro, o jornalista legitima o evento em função de uma autoridade municipal presente; segundo, o pronunciamento do discurso de tal autoridade teria a plena conivência da sociedade local em função dos aplausos que foram dedicados ao orador; terceiro, a designação que tangencia os bandeirantes (bravos/conquistadores) é uma referência recorrente na documentação que encontramos sobre esses “desbravadores”. Por fim, a consagração do monumento é um objeto de perpetuação e organização das memórias dos dois agentes sociais, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa.

Para Paulo Knauss,²⁰ na edificação e promoção deste tipo de monumento, se estabelece um vínculo de gratidão entre o Estado e a sociedade, que possibilita fundamentar as bases para estabelecer uma relação de cumplicidade. Assim, a cidade apresenta-se em comunhão, camuflando-se as contradições e os conflitos sociais entre o Estado e a sociedade civil. Partindo desta perspectiva, o Estado constrói seus heróis, sua história e sua memória oficial.

²⁰ Paulo Knauss (1999) trabalha com três categorias conceituais: exclusão, vaidade e gratidão, para caracterizar a relação que se estabelece entre a sociedade e estes objetos escultóricos.

A construção dessa memória em torno dos bandeirantes continuou sendo reforçada pela imprensa. Uma matéria do Jornal *Diário do Sudoeste*, edição especial sobre a história de Vitória da Conquista, faz referência ao nome da cidade com um trocadilho:

Vitórias e Conquistas: Uma cidade que tem na procura por riquezas e na luta contra os índios, o início de sua história

Da maneira idêntica à maioria das cidades que nasceram na época do Império, Vitória da Conquista surgiu da necessidade do homem em buscar riquezas. Aos movimentos que ficaram conhecidos como Entradas e Bandeiras, cabia o papel de explorar as riquezas naturais de regiões nunca antes penetradas pela civilização. [...] No ano de 1772, o desbravador João da Silva Guimarães, depois de vitórias na região do Rio Pardo, contra os índios Pataxós e Botocudos, chega ao território do atual município de Conquista [...] trava intensa batalha contra os índios Imborés e Mongoiós [...]. Em um outro combate, em 1772, diz a história que os soldados já se deixavam abater por serem em menor número que os guerreiros indígenas, quando, lá pela madrugada, João da Silva Guimarães provoca os bríos de seus homens, invocando a proteção de Nossa Senhora das Vitórias. Com novo ânimo, os soldados investem contra os índios numa luta corpo-a-corpo, usando armas brancas e facões. A vitória final é alçada na própria aldeia indígena, local onde veio a ser construída a Praça da República.²¹

É interessante observar que o discurso se inicia fazendo uma referência ao processo de ocupação do território do ponto de vista do empreendimento português. No decorrer do discurso, o sujeito começa a narrar o momento da luta entre os bandeirantes e os índios sob o ângulo que se incorpora à tradição da interferência da santa na guerra. Na sequência, para melhor pontuar a guerra em favor dos portugueses, o sujeito enfatiza o modo como se deu a guerra: os portugueses estavam com armas brancas em situação de igualdade com os índios, embora se diga que o número de índios era três vezes maior do que o número de soldados, como já apontamos no decorrer deste trabalho. Nesse discurso, se constroem sentidos que vão sedimentar uma relação de complementaridade entre a memória religiosa e a memória laica. Embora o discurso transite entre as duas memórias, evidencia-se aqui um caráter mais político do que religioso, seguindo em direção à memória laica, quando narra a luta entre os índios e os portugueses, deixando à santa um papel apenas de coadjuvante, como um pretexto utilizado pelo herói bandeirante para provocar o brio de seus combatentes.

²¹ Jornal *Diário do Sudoeste*, Vitória da Conquista, 9 de novembro de 1998, p. 1-2.

No editorial desse mesmo jornal, temos um texto que introduz uma reflexão sobre o desfecho da batalha entre os portugueses e os índios:

Vitória da Conquista está completando 158 anos de emancipação política. O município traz em sua bagagem acontecimentos que, se puxados pela memória, só dignificam seu povo [...] Mas, esta cidade traz também, em sua história, fatos que nada dignificam seu povo, como, por exemplo, a chacina dos Mongoióis [...] E tudo em nome de sua padroeira, um costume usual da época. Lembrando deste fato e olhando a cidade, desenvolvida como se tornou hoje, surge a pergunta; “se não fosse usado aquele expediente, seríamos a cidade de hoje?”²²

Esse fragmento do jornal registra o aniversário da emancipação política da cidade. Esta data não é tão significativa quanto o dia da Padroeira, que está ligado à data de fundação, comemorada pela Igreja Católica. A nota do jornal traz uma crítica à chacina dos índios e toca na questão da padroeira. O texto diz que a chacina teria sido em nome da santa. Assim, essa crítica acaba por isentar, de certa forma, os bandeirantes do episódio ocorrido por ocasião do massacre, pois interpreta que os fatos se tornam uma ocorrência movida por uma situação pré-estabelecida. Em outros termos, o massacre dos índios teria sido justificado em nome da civilização, fenômeno que, por conseguinte, estaria associado à santa. A tentativa de justificar as práticas de violência feitas pelos bandeirantes aos índios aparece também nas indagações do autor em torno da questão: “se não fosse usado aquele expediente [chacina dos índios], seríamos a cidade de hoje?” O sujeito do discurso transita pela memória discursiva filiado a outros discursos já estabelecidos sobre a fundação da cidade e coloca em questionamento a própria existência da cidade se não fosse usado o expediente do massacre. Entretanto, a memória social que corresponde ao discurso de domínio do território com “ajuda” da santa ainda se sustenta na cidade, paralela à promoção da imagem heroica dos bandeirantes.

O falante não opera com literalidade como algo fixo e irredutível, uma vez que não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso. [...] A condição da linguagem é a incompletude [...] Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. Entretanto, não é porque o processo de significação é aberto que não seria: regido, administrado. Ao

²² Vitória da Conquista. Jornal *Diário do Sudoeste*, 9 de novembro de 1988, p. 1-2.

contrário, é pela sua abertura que ele também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização (ORLANDI, 2005, p. 52).

Uma leitura dos discursos do ponto de vista da AD acerca dos embates e lutas travadas entre estes dois agentes (os bandeirantes e os índios) nos permite refletir sobre uma determinada memória que constitui o imaginário social da cidade. É, pois, a partir da designação conferida aos índios que encontramos adjetivos recorrentes em textos jornalísticos e documentos oficiais da Coroa portuguesa, tais como: feroz, bravo, valente. Esses adjetivos se transformam em atributos que caracterizam os índios e enaltecem seus adversários, pois os termos se constituem numa base de sustentação para construir uma memória heroica dos bandeirantes, posto que era necessário a exaltação da valentia dos índios para revestir de heroísmo os seus adversários.

MONUMENTO AOS ÍNDIOS

No ano de 2000, os principais meios de comunicação anunciavam *slogans* comemorativos do aniversário de “500 anos de Brasil”, numa perspectiva de valorização do passado e num contexto de discussões políticas e culturais ligadas às questões de cidadania, de direito à memória, de inclusão social e de identidade nacional. Na esteira destas comemorações, um novo sujeito social emerge no cenário brasileiro: o índio. Em Vitória da Conquista, no dia 05 de junho de 2000, sessenta anos após a edificação do monumento aos bandeirantes, foi edificado, por segmentos da sociedade civil, um monumento em homenagem aos índios, na Praça Caixeiros Viajantes.²³ Conforme sublinha Paulo Knauss (1999), é interessante observar que este tipo de monumento, que em princípio traz um sentido de exclusão (já que o grupo homenageado se encontra à margem da história oficial), abre um espaço no campo simbólico que permite inscrever no tecido social da cidade grupos sociais antes desprestigiados. Esta prática social pode contribuir para contrapor a memória oficial por meio da revelação de outras memórias. Ainda no ano de 2000, uma matéria do Jornal *Diário do Sudoeste* tenciona traduzir um pensamento coletivo que se refere à identidade da cidade:

²³ De acordo com André Cairo (idealizador do monumento), a peça teria sido financiada e edificada por um grupo social em parceria com o setor privado e entidades não governamentais da cidade.

O município de Vitória da Conquista possui um forte aspecto religioso. Talvez isso se deva ao próprio surgimento da cidade e da fé de um bandeirante que dedicou a uma santa a sua vitória contra os índios mongoiós. Na verdade, foi a invocação ao nome de Nossa Senhora das Vitórias que motivou os soldados a investir, até a vitória final, contra os índios. Segundo os historiadores, o mestre de campo João Guimarães prometeu que seria erguida uma capela dedicada à santa, o que se concretizou em 1803.²⁴

A despeito das pretensas intenções deste discurso, ele colabora para reafirmar a memória religiosa de fundação da cidade em dois momentos distintos: o primeiro, quando o bandeirante dedica à santa a vitória sobre os índios; o segundo, quando ele reafirma essa vitória e se coloca em posição de gratidão. Estes dois momentos de afirmação da memória religiosa conduzem a uma conclusão, não explícita no texto: a santa estava contra os índios, a favor dos portugueses. O jornal, como uma instituição portadora de legitimidade em seus discursos, se constitui num mecanismo social transmissor de informações e estabelece sentidos e significados que constroem uma dada realidade social. Para Mariani (1999), o discurso jornalístico, ao construir modelos de compreensão da realidade, constrói seu caráter ideológico.

Na sequência da nossa análise, apresentamos outro texto do mesmo Jornal *Diário do Sudoeste* do ano de 2000:

Conquista completou 160 anos de emancipação política, sem muita celebração por parte do poder público. [...] Como todo pedaço de terra existente neste planeta, nosso município também nasceu da traição, dos assassinatos e do extermínio dos mais fracos. Desde o início do mundo que os grandes conquistadores são aqueles que se apoderam de terras, povos e mentes enfraquecidas pela fome, pela cultura e pela milícia. Não seria diferente em Conquista, antes habitada por cerca de 3 mil índios, mas o convívio com estes não era possível. A ocupação da terra indígena teria que ser através do extermínio dos donos da casa, só assim interessava à Coroa portuguesa. Dessa forma, com luta, traição e epidemias, os Mongoiós, Imborés e Kamacãs foram exterminados, pois para os portugueses, os índios eram apenas animais, um ou outro que se envolveu com uma índia pode ter havido aí um filho ou filha, mas não há sinais disso nos dias atuais.²⁵

²⁴ Religiosidade faz parte do surgimento de Vitória da Conquista. Jornal *Diário do Sudoeste*, novembro de 2000, p. 4.

²⁵ Jornal *Diário do Sudoeste*, Vitória da Conquista, 9 de novembro de 2000, p. 1.

Comparando os dois discursos do jornal *Diário do Sudoeste* do ano de 2000, podemos dizer que os argumentos mudam para discorrer sobre dois temas relacionados: a fundação e a emancipação política da cidade. A fundação carrega elementos da memória religiosa; já a emancipação política permite a emergência de outros discursos e, com eles, a afirmação da memória indígena. Segundo Orlandi (2005), o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas que se apresentam nos contextos dos processos sócio-históricos em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto com um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2005, p. 39).

Ainda, no ano de 2000, o Padre Valmir Neves, da Igreja Católica de Vitória da Conquista, apresentou um hino em louvor à santa, padroeira da cidade. Nesse hino, a memória dos índios é associada à memória religiosa numa construção contextualizada pelas comemorações dos “500 anos do Brasil”. Segue um fragmento do hino:

Serva Senhora humilde mulher
Mãe índia formosa do índio imboré
Histórias de sangue assim nos contou
Vitória Senhora do Libertador
[...]
O sangue em rios e terra molhou
Sedentos tombaram bravos mongoiós
A gente guerreira lutou sem temor
Na vila Vitória contra o invasor
[...]
De todos os cantos consagra teus filhos.
Dos campos, cidades, caatinga e sertão
Batalhas travadas aqui neste chão
Nos fazem agora pedir-te perdão.

O hino traz permanências, ambiguidades e contradições: a) a santa é “Mãe índia formosa do índio imboré” (mongoió), tribo que, segundo a tradição, a santa ajudou a dizimar; b) “A gente guerreira lutou sem temor / Na vila Vitória contra o invasor”: nesses versos, os índios adquirem qualidades em contraposição aos bandeirantes, que se tornam invasores. É interessante observar que este discurso cria brechas para a memória se movimentar num campo de possibilidades, pois o momento requer novas leituras do passado que estão latentes.

Curiosamente, nesse hino, há apropriação de elementos da memória indígena num movimento duplo que parece contraditório, pois o hino tenta contradizer a memória religiosa e, ao mesmo tempo, se integrar a ela. Esse contexto apresenta-se como um campo de tensões e disputas em que outra memória social emerge, justapondo-se à memória oficial da cidade. Assim, abre-se um campo polifônico de múltiplos discursos, numa dinâmica social de apropriações, conflitos, contradições, rupturas, mudanças e, também, continuidades. Podemos inferir que essa releitura do passado, ao incorporar elementos da memória indígena, permite a própria sobrevivência da memória religiosa e traça continuidades, operando rupturas e adaptações sobre o episódio que deu origem à tradição sobre a história de fundação da cidade.

Tratando das condições em que foi edificado o Monumento aos Índios, o ativista André Cairo, “com espírito inundado de essência indígena”, de acordo com suas palavras, relata que:

Desde 1992, o Movimento Contra a Morte Prematura vinha reivindicando, das autoridades, a construção de um monumento que viesse homenagear o índio. Realizamos diversas atividades, oficiamos a prefeitos, câmara de Vereadores, deputados e o desinteresse foi evidente. Mas continuamos insistindo e buscamos subsídios com empresas privadas e conseguimos construir a obra, oferecendo ao poder executivo para que instalasse na Pça. Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas, onde, ali, existe um cemitério indígena, em que índios foram exterminados, massacrados brutalmente por Bandeirantes. [...] Para nossa decepção, não houve interesse por nenhum órgão, nem a prefeitura autorizou a instalação do monumento naquele local [...] Porém, discordamos sumariamente. Então, o prefeito solicitou de André Cairo que escolhesse outro local. Como sinal de protesto, ele escolheu o terraço de um prédio de 8 andares, mas resolveu mudar de ideia, instalando o monumento na Pça. Caixeiros Viajantes, a qual passou a ser identificada, por muitos, como Praça do Índio.²⁶

²⁶ Carta-depoimento de André Cairo do ano de 2007.

Para Krzysztof Pomian (1984), a exposição de objetos ao olhar dos observadores seria um dos critérios fundamentais para definir as coleções. A disposição de tais objetos no espaço físico promove a visibilidade que permite estabelecer a relação entre o mundo do visível (presente) e o mundo do invisível (passado). É por meio desta relação que se constroem os sentidos que sacralizam os objetos de uma coleção, tornando-os parte de um passado (re)conhecido e ou (re)significado. Nesse sentido, podemos sublinhar que o espaço onde se localiza o monumento não favorece a visibilidade da peça, fato que certamente intervém na relação entre os dois mundos, ao contrário do espaço onde está edificado o monumento aos bandeirantes, que se encontra no centro comercial da cidade.

Em outro trecho de seu depoimento, a propósito do monumento, André Cairo discorre sobre suas significações:

Por todos os ângulos, o monumento representa sempre o início, o meio e o fim. Se em uma extremidade nasce a flecha, no meio, ela toma impulso e, na outra extremidade, toma seu rumo certo. Se a flecha fincada no chão representa a derrota, sua ponta afiada para o céu representa a vitória e a imortalidade.

A partir da edificação desse monumento, os índios saem do esquecimento para participar da disputa pela lembrança, anseio ambicioso do ser humano que consiste em transcender a condição humana na busca pela imortalidade. Assim, ao olharmos um recorte da realidade que se materializa pelos discursos dos dois monumentos edificados na cidade, compreendemos que se apresentam memórias antagônicas que entram em disputa na dialética da lembrança e do esquecimento.

VITÓRIA DA CONQUISTA: OS DISCURSOS MONUMENTAIS E AS DISPUTAS PELO PODER DE LEMBRAR E DE ESQUECER

Com o domínio do espaço físico do Sertão da Bahia pelos bandeirantes, fez-se necessária a conquista de um espaço simbólico. Nesse sentido, a memória dos feitos de João da Silva Guimarães e de João Gonçalves da Costa foi construída pela tradição oral, pela escrita e também pela edificação do monumento em homenagem a eles.

Somente depois na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, um novo personagem social ganha visibilidade e novos sentidos no

Brasil: o índio. Entretanto, os debates em torno das questões indígenas só ganham força nacional no ano 2000, época em que se comemoravam os “500 anos do Brasil” e quando o monumento do índio foi edificado na cidade de Vitória da Conquista. Nessa conjuntura, afirmamos que outra memória social emerge justapondo-se à memória oficial da cidade: a memória dos índios, que antes estavam à margem da história oficial.

Partindo desta perspectiva, podemos considerar que a construção social do passado se apresenta mediata por relações de poder. Porém, quem são os sujeitos sociais que disputam a observância do poder de lembrar ou de esquecer?

Na contemporaneidade, a cidade de Vitória da Conquista apresenta um campo social onde atuam múltiplas memórias que coexistem e trazem novas leituras do passado, numa dinâmica social de apropriações, conflitos, contradições, rupturas e continuidades. Nesse sentido, tanto o monumento aos bandeirantes, quanto o monumento os índios, se inscrevem numa perspectiva de valores históricos e intencionais; ambos são objetos de poder e de desejos de memórias. Ainda que se apresentem numa perspectiva de memórias antagônicas, eles são representativos de um universo complementar: a memória de fundação da cidade. Porém, é importante destacar que esse quadro de disputas só é possível onde o poder na sociedade se configura, por excelência, numa atribuição democrática.

URBAN MONUMENTS AND THE MEMORY CONSTRUCTION OF VITÓRIA DA CONQUISTA, A BRAZILIAN NORTHEAST CITY OF THE STATE OF BAHIA

ABSTRACT

This article aims to understand the discursive constructions of social memory in the city of Vitória da Conquista. The theoretical, conceptual and methodological principles used as a frame for this study is based on the Discourse Analysis of French tradition (DA) postulated by Michel Pecheux. We use, as our empirical corpus, information sources as letters, official documents, newspapers articles among other sources, including the two heritage monuments that we believe are the most representative and symbolic artifacts of the urban equipment collection of the city: the obelisk honoring the colonial pioneers and the sculptural piece designed and constructed in tribute to the Indians, former local inhabitants. These monuments, despite of their antagonistic memories representation, comprise a complementary discursive universe,

which is articulated by the construction of possible collective memories about the historical origin of Vitória da Conquista, a Brazilian northeast city of the state of Bahia.

KEY-WORDS: *Discourse analysis. Monuments. Social memory. Vitória da Conquista, Bahia (Brazil).*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. de. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. **Anais da Biblioteca Nacional**. Lisboa, v. XXXII- XXXIV, 1910-1912. [Documentos da Bahia, 1763-1786]

CERTEAU, M. de. Relatos de espaço. In: _____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FONSECA, H. J. (Org). **História do cotidiano no Planalto de Conquista**. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1998. [Série Memória Conquistense]

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: _____.; DODEBEI, V. (Org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa; Unirio, 2005.

HALBWCHAS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Tradução de C. C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KNAUSS, P. (Coord.) **Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MARIANI, B. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MEDEIROS, R. H. Edição crítica e anotada. In: TORRES, T. L. **O município da Vitória**. Vitória da Conquista: Museu Regional da Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

_____. **A ideia de conquista e o Sertão da Ressaca.** Texto de Conferência apresentado no IV Congresso de História da Bahia. Salvador, 27 de outubro de 1999.

MELATTI, J. C. **Índios no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1983.

MORAIS, G. R. **Monumentos de Vitória da Conquista:** patrimônio cultural e discursos de memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social, Patrimônio e Linguagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso – estrutura ou acontecimento.** Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

POMIAN, K. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. v. 1. **Memória – História.** Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

RAJAGOPALAN, K. Designação – a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: _____. **Por uma linguística crítica:** linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RICOEUR, P. Entre mémoire et histoire. **Projet**, n. 248, p. 7-16, 1996.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos:** sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SIMONDON, M. **La mémoire et l'oubli:** dans la pensée grecque jusqu'à la fin du Ve siècle avant J.-C. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

VERNANT, P. J. **Mito e pensamento entre os gregos.** São Paulo: Difel, 1973.

VIANA, A. L. **Revista histórica de Conquista.** Vitória da Conquista: Edição Jornal de Conquista, 1982.

WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.